

livro de Isabel Cluny este problema é recorrentemente referido, mas não transparece uma resposta taxativa, embora se refira que «D. Luís nunca se identifica como um estrangeirado» (p. 223).

Em conclusão, D. Luís da Cunha e a sua obra permanecerão como um tema de reflexão e investigação da historiografia portuguesa. Mas ninguém nos últimos anos forneceu uma contribuição mais relevante para o estudo do tema do que Isabel Cluny neste seu livro.

NUNO G. F. MONTEIRO

Fernando Aires de Medeiros Sousa, José do Canto: Subsídios para a História Micaelense, 1820-1898, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, 396 páginas.

Em Portugal, mesmo no caso de famílias ilustres, há poucas que se dêem ao trabalho de guardar a correspondência dos avós; de entre aquelas que o fazem, muitas não têm o cuidado de manter os espólios em desejável estado de conservação; quase nenhuma consideram ser seu dever a publicação de cartas, que, muitas vezes, imaginam conter segredos vergonhosos. O resultado — fruto da incultura, paranóia e negligência das classes dirigentes — é lamentável. Os historiadores portugueses têm encontrado enormes dificuldades em

estudar a vida quotidiana, quanto mais a íntima, dos seus antepassados. Por seu lado, o Estado nunca se interessou seriamente pela publicação deste tipo de documentos, o que, como é obvio, só agrava a situação.

Esta obra é uma exceção. Houve uma família, os Cantos, que manteve — e até dactilografou — milhares de cartas familiares, houve alguém, Fernando Aires, que se interessou pelo seu estudo, houve uma instituição, a Universidade dos Açores, que patrocinou a edição¹. Não conheço, para o século XIX, nada que se lhe compare. Não dispondo do aparelho crítico que hoje se exige a qualquer edição deste tipo, vale, no entanto, a pena ler este livro. A obra abre com uma longa introdução de Fernando Aires, seguindo-se o apêndice, onde estão transcritas 110 cartas da família de José do Canto desde 1853 até 1887. A maioria é assinada pelo pai, mas há outras, dos filhos para o pai, dos filhos entre eles e dos familiares que com eles se correspondiam, igualmente valiosas². Através destas cartas

¹ Após o incêndio da Universidade dos Açores, pensou-se que o «arquivo Brum da Silveira, núcleo José do Canto» teria desaparecido nas chamas, mas, segundo informações recentes, as cartas de José do Canto terão sido salvas. Além destas, Fernando Aires utilizou ainda o espólio de outro familiar, o do Dr. José da Silveira Estrela Rego.

² Recentemente, a Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada publicou o *Inventário da Correspondência de José do Canto Existente na Sua Livraria*, Ponta Delgada, 1998; v. ainda um livro, há muito esgotado, *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia (1841 a 1893)*, Ponta Delgada, 1915.

ficamos a conhecer não só a aristocracia de São Miguel, mas um homem, José do Canto.

José do Canto nasceu a 20 de Dezembro de 1820, ano da revolução liberal. Filho de José Caetano Dias do Canto Medeiros (1786-1858), um morgado que ocupou cargos importantes durante a primeira fase do liberalismo, a sua ascendência é disputada, sendo, contudo, certo pertencer a uma família muito antiga dos Açores³. José do Canto fez parte de uma geração que, desde o nascimento, beneficiou da prosperidade de São Miguel. O pai, um mação culto, cedo percebeu que tinha em José um filho particularmente dotado. Aos 5 anos entregou-o ao cuidado de uma mestra, Úrsula de Medeiros, uma senhora que acreditava nas virtudes pedagógicas da palmatória. Seguidor dos novos métodos, o pai retirou o menino das suas mãos e entregou-o a um preceptor mais brando. Em três anos José conseguiu fazer, com distinção, o exame de Latim — geralmente levava-se o dobro do tempo — e aos 8 anos apresentava-se a exame na cadeira de Lógica, em que obteve igualmente um «louvor». A sua precocidade começou a ser comentada na família: aos 10 anos, lia o *Catão*, de Almeida Garrett. Em 1838, depois de cursar Retórica e Matemática, o pai mandou-o para um colégio em Paris, dirigido por Frei José da Sacra Família (um exilado miguelista que ganhava a vida dando aulas particulares a

crianças portuguesas). José do Canto detestou a leccionação, pressionando o pai no sentido de este autorizar o seu regresso a São Miguel. O pai cedeu. Mas a estada foi curta. Em 1840, José de novo saía, desta vez rumo a Coimbra, onde se matriculou em Matemática. Algo mais importante do que um curso — a possibilidade de casar com uma das mais ricas herdeiras do arquipélago — surgiria na sua vida. Ao contrário do irmão mais velho, André, a quem já fora feita tal proposta, José acatou a decisão paterna. Casou, assim, com a sua prima Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 12.^a senhora da poderosa casa dos Bruns. Tornava-se um dos maiores proprietários açorianos.

Influenciado pelos iluministas, José do Canto queria reformar a terra onde nascera. Acreditava no progresso, como só nesse período, entre 1850 e 1890, se acreditou. Assinava revistas estrangeiras sobre como reformar a agricultura, lia manuais agrícolas pela noite dentro e sonhava com campos férteis povoados por camponeses felizes. Em 1843 fundou a «Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense», a primeira associação do tipo existente em Portugal. Acreditava que a educação era a chave para ultrapassar os problemas que via pelos campos. Introduziu na ilha o método de ensinar a ler preconizado por António Feliciano de Castilho, cuja vinda para São Miguel patrocinou. Entre 1847 e 1850, Canto e Castilho colaboraram intimamente no jornal *Agricultor Michaelense*.

O «desenvolvimento» era, em José do Canto, uma obsessão. Isto

³ V., neste número da *Análise Social*, o artigo de Carlos Ryley, «José do Canto, Um *gentleman farmer* açoriano».

levou-o a afastar-se da política. Em 1852 recusou apresentar-se a candidato como deputado por Ponta Delgada, explicando as razões numa carta, que depois tornou pública, «Aos micaelenses que pretendiam eleger-me para deputado». No seu entender, não seria através da sua participação nos debates parlamentares que mais útil poderia ser à sua terra, mas através do empenhamento na construção de uma doca. Nem o advento ao poder dos regeneradores, com os quais partilhava muitas ideias, o fez mudar de opinião.

Se a política o não atraía, o «desenvolvimento» pela via da educação dos povos iria revelar-se mais árduo do que imaginara. Os rendeiros ofereciam resistências às suas inovações, os camponeses pretendiam continuar a cultivar as terras seguindo as rotinas e até os proprietários que com ele se cruzavam nos salões desconfiavam das suas ideias. José do Canto escolheu então outra via: a criação de uma elite. Em 1853 partiu para Paris, onde permaneceria ao longo de quinze anos. A estada era dispendiosa, mas as rendas que recebia das suas terras davam para isso e para muito mais. A sua ideia era educar os filhos segundo os modernos métodos de ensino, após o que eles propagariam pela ilha o que tinham aprendido.

O ar que os Cantos respiravam na sua casa de Auteil era doce. José do Canto discutiu a guerra da Crimeia, passeou pelo Bois de Boulogne, analisou a política de Bismarck, deplorou as acções de Napoleão III, foi às corridas a Longchamps e conheceu Lamartine. Mas isso jamais o fez esquecer São Miguel. Por muito agradável

que fosse, a sua estada em Paris era apenas uma passagem numa viagem que iria terminar na ilha, que, mesmo de longe, o impedia de dormir.

Nas férias passadas nos Açores, José do Canto nunca parou de trabalhar pela construção da doca. Estava farto de marés imprevisíveis, barcos parados, acidentes à vista. Em 1861 colocara-se a primeira pedra, mas os trabalhos arrastavam-se. Onde outros encolhiam os ombros, ele prosseguia. O atraso dos Açores nunca deixou de o indignar. Veja-se a sua reacção aos motins populares ocorridos aquando da introdução do novo sistema métrico, que Fontes Pereira de Melo decretara no longínquo ano de 1852, com um prazo de aplicação dilatado. Para José do Canto, aqueles gritos, «Abaixo os novos pesos» e «Viva o Sr. D. Miguel», faziam-no duvidar da sanidade mental dos conterrâneos. Lógicas dentro do mundo em que estes se moviam, as reacções dos camponeses eram, para ele, incompreensíveis.

Mas não era tanto a aplicação das novas técnicas que agora o preocupava, mas o andamento da educação dos filhos. O mais velho, com quem sempre tivera atritos, odiava a faculdade, em Hohenheim (Alemanha), para onde o tinha mandado. Mil vezes declarou querer vir-se embora. Mas o pai não o autorizou. Numa das muitas cartas que lhe escreveu dizia-lhe: «Um filho é encarnação e parte integrante de um pai: o que o filho sofre sofre o pai.» Dito isto, não estava disposto a contemporizar com caprichos: «Quem quer cumprir os seus deveres é escravo deles; quem os não quer cumprir é escravo das suas paixões.» José do Canto de-

sejava que os filhos compreendessem que o seu dever era «ir entesourando o saber». Lá chegaria o dia em que, nas suas terras, poderiam fazer render, para benefício da comunidade, tudo o que tinham aprendido na Europa. Mas António não estava disposto a ouvir prelecções. A decisão paterna de, na sequência da aprovação da lei sobre a abolição dos morgadios, proceder à divisão das terras levou-o à revolta. Já sem ilusões, o pai insistia em que ele deveria administrar directamente as suas quintas, mas o filho continuava a hesitar sobre a bondade do projecto. Em 1868, quando José do Canto considerou que a estada na Europa terminara, o primogénito declarou não tencionar voltar para os Açores. O Atlântico ia separá-los.

Mas não por muito tempo. António acabou por regressar, preferindo, contudo, instalar-se no Faial, onde se concentravam as propriedades maternas. Mesmo depois do regresso do filho pródigo, José do Canto manteve-se inflexível. A situação entre ambos era tão tensa que o cônsul americano no Faial, Charles Dabney, decidiu intervir junto do pai no sentido de este ser menos duro. Mas José do Canto não cedeu. Entretanto, o filho espantava os ilhéus ao afirmar, alto e em bom som, «sou um açoriano, não um português». O que não o impediu de, pouco tempo depois, tomar um navio com destino a Lisboa a fim de frequentar o Curso Superior de Letras. Na sua opinião, tudo era melhor do que passar os dias a falar de colheitas. O pai sofreu, mas, no íntimo, sabia que a experiência não duraria. Como não durou.

Em 1875 António casava. Previsivelmente, escolheu uma noiva que o pai desaprovava. Conhecem-se poucos pormenores, até porque por esta altura o pai e o filho já não se escreviam. Mas sabe-se o suficiente para se poder afirmar que o matrimónio foi tumultuoso. Dez anos depois, após apresentação em tribunal de uma queixa pela mulher (invocando maus tratos), António do Canto era «interdito». Condoído, o pai abriu-lhe, finalmente, as portas de casa.

Mesmo sem a ajuda do filho mais velho, José do Canto não desistiu. Dirigia as suas quintas de Vale Formoso e estudava com atenção as flutuações no mercado das laranjas. Em 1870 aconteceu aquilo que ele sempre temera: os laranjais adoeceram. José do Canto era, contudo, um dos poucos proprietários preparados para o desastre. Importou novos cultivos, como o chá e o ananás.

A tragédia familiar, de novo, lhe bateu à porta. O seu segundo filho, José, muito mais dócil do que o primeiro, começava a dar sinais de insanidade mental. Seguiu-se a peregrinação, sem sucesso, pelas clínicas europeias. Cansada das suas crises depressivas, a mulher também o abandonaria. O pai estava agora sozinho — a mulher morrera em 1887 — com dois filhos, perdidos para qualquer dos empreendimentos com que tinha sonhado. As filhas eram um consolo, mas eram mulheres, o que, no seu esquema de vida, alterava tudo. Sem o saber, José do Canto seguira o trilho calcorreado por outros, que igualmente tinham tentado educar os filhos, seguindo o esquema racionalista, de que o caso mais céle-

bre é o de J. Stuart Mill, cujos traumas, às mãos de James Mill, são descritos na sua *Autobiografia*.

José do Canto sentia agora que a sua vida redundara num fracasso. A doca continuava a construir-se, mas a ritmo de caracol. Os camponeses estavam tão atrasados como há cinquenta anos. Os filhos não se tinham transformado em *gentlemen farmers*. Ele, um homem do ar livre, passava cada vez mais tempo fechado na biblioteca, saboreando uma «camoniana» que se tornaria famosa. Só o épico, o poeta que representava o que de melhor a nação tinha para dar, o consolava. A 10 de Julho de 1898, com 68 anos, morria. Algum tempo antes dissera a uma neta: «Estou velho e triste.»

José do Canto fez parte de um grupo de açorianos — os Quentais, os Faria e Melo, os Jácome Correia — que, em meados do século XIX, mudou a imagem dos Açores. Foi esta geração, a de 1850, que viria a transformar o arquipélago. A condição de grande proprietário e, para mais, de exportador tornava-o um ser à parte. Ao contrário dos proprietários da metrópole, José do Canto não carecia de pautas aduaneiras, de benesses, de lugares nas secretarias. A sua fortuna havia sido contruída com base num produto, a laranja, que seguia para Inglaterra.

Se a educação dos filhos terminou mal, a sua outra obsessão, as árvores, nunca o desapontou. Ao contrário daqueles, as árvores cresciam onde ele mandava e como ele mandava. Durante os anos em que esteve fora, José do Canto iniciou uma competição louca por possuir o mais belo parque de São Miguel. Em 1856, o

jardim de Ponta Delgada possuía já 1028 géneros e, aproximadamente, 6000 espécies. O número nunca parou de crescer.

José do Canto fizera-se, a pulso, um optimista. Mas no final da vida sentia-se infeliz. Nunca foi capaz de aceitar os limites ao que um proprietário, por mais culto que fosse, podia fazer pelo «desenvolvimento». Foi por sonhar que podia alterar a sociedade em que vivia que aquilo que efectivamente fez, e que foi muito, lhe pareceu sempre insignificante. Foi ainda por crer na razão, para além de todos os limites, que José do Canto acabou por destruir psicologicamente os filhos. Pode ser que, independentemente do que ele fez, aqueles tivessem tido a vida que tiveram. Mas não é inverosímil pensar-se que o seu autoritarismo tenha desempenhado um papel negativo. Como todos os racionalistas, José do Canto tendia para o despotismo.

As suas qualidades encontraram, nos seus defeitos, o reverso da medalha. Do lado positivo, temos, em José do Canto, um reformista que não quis aceitar o atraso do país; do negativo, alguém incapaz de perceber que o coração dos homens se não muda de um dia para o outro. Do lado positivo, temos um homem independente do poder; do lado negativo, o desprezo pelo compromisso político. Do lado positivo, temos um bom pai, que desejava que os filhos fossem activos; do negativo, um desposta familiar. Um crente na razão, José do Canto acabou com um filho louco nos braços.